

As relações continentais África-América Latina: a participação do Brasil na segurança do Atlântico Sul

Eugénio Costa Almeida

Desde a época do império colonial luso-espanhol que as relações entre estas duas áreas continentais sempre existiram. No entanto, é o actual estágio geopolítico que interessa para este pequeno ensaio.

De facto, foi com as independências coloniais africanas, e em muito particular, após a independência de Angola, que as relações e a cooperação entre a América Latina e África mais se incrementaram. Para esta cooperação muito tem contribuído, principalmente, a República Federativa do Brasil sem, contudo, esquecer a contribuição de Cuba para a afirmação de Angola, enquanto Estado, no conflito pós-independência sucedido entre 1975 e 1988.

“As relações entre o Brasil e África sempre foram muito ativas, quer durante a ditadura, quer, e sobretudo, com a primeira eleição de Lula da Silva(...)”

Mas, a realidade mostra-nos que apesar de haver inúmeros acordos entre países latino-americanos e o continente africano, em geral, e bilaterais entre países latino-americanos e países africanos, a cooperação entre América Latina e África assenta, essencialmente, em acordos multilaterais no âmbito da associação da Organização

dos Estados da África Caraíbas e Pacífico (OEACP – antiga África, Caraíbas e Pacífico – ACP, hoje Organização dos Estados do ACP, ou, na versão inglesa, *Organization of ACP States -OACPS*) e de acordos bilaterais, de alguns países do Mercosul, primordialmente, do Brasil, Argentina e Uruguai, com os países africanos.

E, independentemente de todo este tipo de cooperação referido que ocorre entre a América Latina e África, com predominância entre três principais países do cone sul da América Latina, banhados pelo Atlântico, como mas também entre alguns países do Mercosul¹ e da OEACP, o que nos traz aqui é a cooperação brasileira em África, com especial relevo para a cooperação na defesa securitária do Atlântico Sul, quer no âmbito bilateral, quer no espaço da ZOPACAS, quer, ainda, nos cenários multilaterais de exercícios aeronavais que ocorrem neste espaço do Atlântico Sul.

Cooperação brasileira no Atlântico Sul

Precisa-se referir que, em termos geopolíticos e geoestratégicos, o Atlântico Sul, no caso africano, vai da linha Cabo Verde – Senegal, até ao Antártico, pelo que, não surpreende que alguns dos cenários que aqui se vão descrever possam ocorrer nesta área geográfica. E é, precisamente, neste espaço geopolítico que as relações entre o Brasil e África mais se evidenciam, sejam a

nível, político, diplomático, económico-financeiro e securitário, e, agora, mais recentemente, também de cooperação a nível educacional². E isso foi, recentemente, reafirmado na visita que o presidente Lula da Silva fez a Angola³, bem como durante a 15ª Cimeira dos BRICS, em Joanesburgo, África do Sul⁴. O Brasil afirma-se, cada vez mais como um *region-builder*.

Há, no entanto, um facto de relevar. As relações entre o Brasil e África sempre foram muito ativas, quer durante a ditadura, quer, e sobretudo, com a primeira eleição de Lula da Silva para a presidência brasileira, só tendo esmorecido com os consulados de Dilma Rousseff e Jair Bolsonaro. Esmorecido, mas não reduzido, como se verá, mais adiante, na cooperação securitária. E será nesta área que se irá desenvolver este ensaio.

No entanto, as relações Brasil-Atlântico Sul não se confinam somente a nível securitário. A nível político e diplomático, o Brasil tem uma presença activa no seio da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)⁵, e nos diferentes acordos e tratados celebrados com países africanos – só referidos os da orla marítima atlântica –, destacando-se:

- i. Com Angola: “*Acordo de Cooperação Económica, Científica e Técnica*”, no âmbito das áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, desporto, estatística e agricultura, que se tem mantido e

desenvolvido ao longo destes anos (desde 1980 e renovado na recente visita de Lula a Luanda);

- ii. Com a África do Sul: “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul sobre Cooperação no Campo da Cultura” (1996), “Acordo no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica” (2003), em áreas de processamento agrícola, tecnologia industrial, biodiversidade, biotecnologia, energia, tecnologia limpa, tecnologias da informação e comunicação, pesquisa de materiais, ciência espacial e astronomia; e conhecimentos tradicionais; “Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da África do Sul para Estabelecimento de uma Comissão Mista” e “Plano para Cooperação Científica e Técnica no

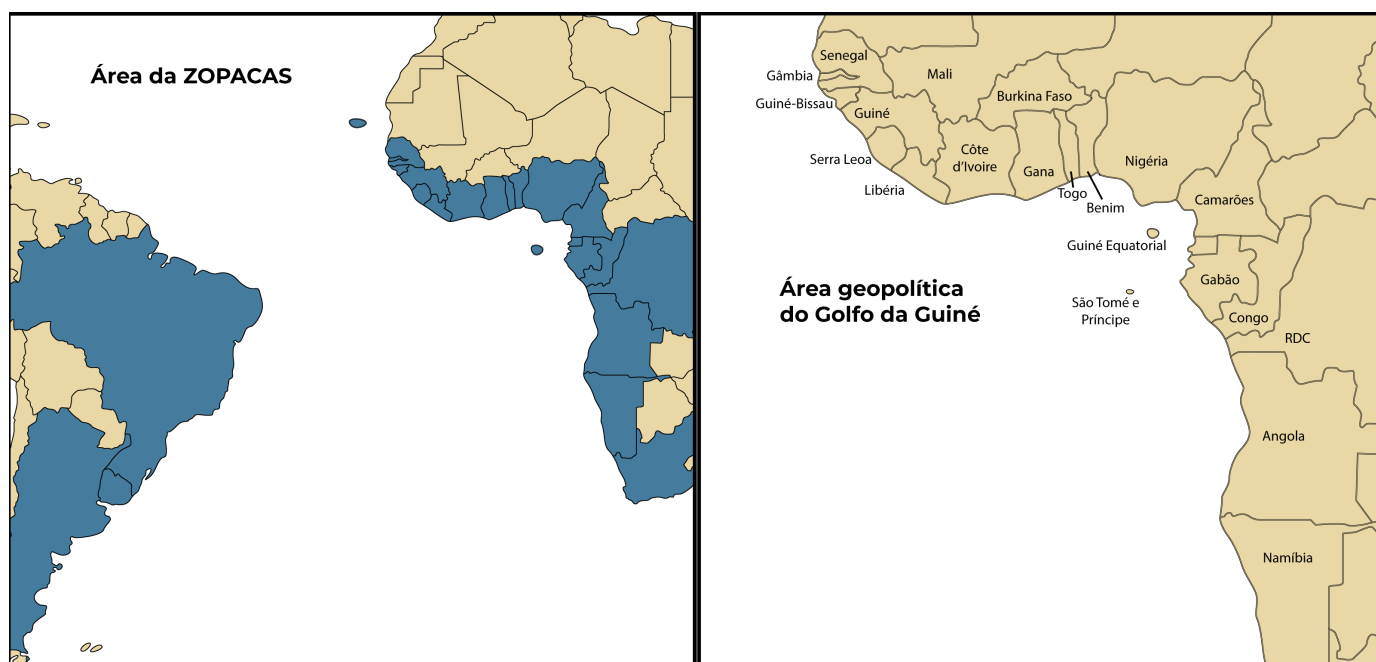
Atlântico Sul e Tropical e Oceanos Austrais” (ambos de 2001), além de um acordo bilateral, a nível de Defesa, adiante referido.

- iii. Com Marrocos: “Acordo-Quadro entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos sobre cooperação em matéria de defesa” – no âmbito da Defesa –, e “Tratado entre a República Federativa do Brasil e o Reino do Marrocos sobre o Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal” e o “Acordo de Cooperação e Facilitação em Matéria de Investimentos entre a República Federativa do Brasil e o Reino de Marrocos” e “Acordo, por troca de notas, entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo do Reino de Marrocos para Evitar a Dupla Tributação Decorrente do Transporte Marítimo e Aéreo” (todos de (2019);

- iv. Com Cabo Verde: “Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comunidades da República de Cabo Verde sobre a Implementação de um Sistema de Logística Agrícola em Cabo Verde” (2018);

- v. Com Camarões; “Acordo de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República de Cameroun” e “Acordo de Transferência de Pessoas Condenadas à Privação de liberdade entre a República Federativa do Brasil e a República de Cameroun” (ambos de 2019) e “Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto de Relações Internacionais do Cameroun (IRIC)” (2021);

Cooperação entre o Brasil e África a nível securitário.



Fonte: Almeida & Bernardino, 2013; in: Revista Militar, vol 1, nº2532, Janeiro 2013

vi. Com a Namíbia: acordos de cooperação e defesa, um de 1994 o Acordo de Cooperação Naval, complementado, em 1995, pelo Acordo Básico de Cooperação Técnica, reafirmado em novo acordo, em 2001⁶, e o acordo de Cooperação no Domínio da Defesa⁷.

vii. No âmbito da CPLP o “*Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)*”, rubricado em 19 de Julho de 2021

viii. Recentemente, por ocasião dos 201 anos da independência do Brasil, o embaixador brasileiro em São Tomé e Príncipe (STP) declarou que vai ser celebrado um acordo para tornar este país numa plataforma de financiamento para África Central.

De realçar, ainda, que além destes acordos indicados, a nível económico e financeiro são de realçar as profícuas relações entre o Brasil e alguns países africanos, casos de Cabo Verde, Angola – considerado como o país mais bem pagante de África⁸ – e Moçambique,

e a nível educacional de destacar a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sediada em Redenção, Estado de Ceará⁹, e que Lula deseja ver relançadas, destacando a cooperação entre as Faculdades de Medicina e de Agropecuária e recordando que até ao final do consulado de Rousseff, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)¹⁰ esteve implantada no continente africano, até ser desmantelada, o que Lula da Silva deseja ver recuperada¹¹.

“(...)é pertinente afirmar que é possível e desejável que mais acordos, e em muitas outras áreas para além das que aqui foram referidas, venham a ser celebrados(...)”

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidas pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores. A participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais incrementa a capacidade de as políticas externa e de defesa defenderem, no exterior, os interesses brasileiros. Essa atuação conjugada deve visar à diversificação de parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas de nações amigas, de maneira a fortalecer as relações entre países. (...) Diante desses desafios, fica potencializada a importância da implementação da Política Nacional de Defesa e da Estratégia Nacional de Defesa, por meio da realização de ações coordenadas entre diferentes órgãos governamentais (Livro Branco de Defesa Nacional, Brasil 2020).

Ao nível securitário, as relações nunca tiveram quebras, bem pelo contrário, como relevam as várias versões da Política de Defesa Brasileira, desde 2012.

A nível multinacional, a cooperação ocorre, essencialmente, sob as vertentes securitárias do Atlântico Sul, segundo o defendido no Livro Branco de Defesa Nacional brasileira de 2020¹², tendo por base acordos no âmbito da ZOPACAS / Golfo da Guiné e da CPLP. Destaquemos os quatro principais exercícios multinacionais em que assentam as participações brasileiras. No espaço da ZOPACAS/Golfo da Guiné:

- *Obangame Express* (OE XX), exercícios aeronavais anualmente – o XX é o ano dos exercícios – levados a efeito pela US-Africom (United States Africa Command), na área geopolítica do Golfo da Guiné. O Brasil é participante habitual nestes exercícios que, além da força naval dos Estados Unidos da América (EUA), através das forças aeronavais da NAVAF (U.S Naval Forces Africa) e dos países africanos que sediam, anualmente, cada exercício – os Países Africanos “associados” aos EUA, são considerados *African Partners Nations* - APN). O OE23, ocorrido entre de 23 de Janeiro a 3 de Fevereiro de 2023 e cuja sede operacional foi em Lagos, Nigéria, além dos EUA, contou com a presença de dezanove APN (incluindo Angola, Cabo-Verde e STP) e países europeus (como Alemanha, Dinamarca, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Polónia e Portugal), Canadá e Brasil, que participou com o navio patrulha oceânico “*Araguari*”.

A ZOPACAS foi criada em 1986, por iniciativa brasileira do presidente José Sarney com o apoio do presidente argentino Raúl Alfonsín, através de uma proposta à ONU (aprovada pela Resolução da Assembleia-geral da ONU 41/11, de 27 de Outubro de 1986. Iniciada no período final da Guerra Fria, logo após a Guerra das Malvinas/Falkland (1982), o fórum abrange os países africanos e sul-americanos banhados pelo Atlântico Sul e promove a cooperação regional e a manutenção da paz e segurança na região do Atlântico Sul, bem como cooperação que visem a integração e colaboração regional, nas áreas económica e comercial, científica e técnica, política e diplomática. Integram a ZOPACAS além da maioria dos países da orla Atlântica, Argentina, Brasil e Uruguai (Almeida & Bernardino, 2013).

A Argentina e o Uruguai (mais este) têm participado em outras edições. Os OE visam coordenar acções contra todo o tipo de crimes, como pirataria e sequestro marítimos, tráfico de drogas, roubo armado, terrorismo terrestre e marítimo e pesca ilegal;

- Os exercício GANo (*Grand African Nemo*), ocorrem na zona do Golfo da Guiné; e são co-organizados pela França e pela *Yaoundé Maritime Security Architecture* (YMSA), no campo de acção da *Yaoundé Architecture Regional Informations System* (YARIS), que visa a segurança marítima da África Ocidental e Central, cuja capacidade operacional foi atestada em Setembro de 2020 e reafirmada no exercício GANo 2021, que ocorreu em Ponta Negra (Pointe-Noire), Congo, entre Outubro e Novembro de 2021, o Brasil, com o navio patrulha oceânico “BNS Amazonas”, foi um dos parceiros internacionais, juntamente com França, Portugal, Itália e Reino Unido, em coordenação com o Centro Regional de Segurança Marítima da África Central (CRESMAC – *Centre régional de sécurité maritime de l’Afrique*

Centrale e o Centro Regional para a Segurança Marítima na África Ocidental (CRESMAO – *Centre régional de sécurité maritime de l’Afrique de l’Ouest*), ambos na égide da YMSA¹³;

- Operação *Guinex*, criada em 2021, cuja principal função é o aprimoramento das marinhas militares afro-brasileira, contribuindo para a estabilização do ambiente marítimo e proteção dos interesses brasileiros na região do Golfo da Guiné e, simultaneamente, reafirmar com a presença da marinha brasileira ser uma forte parceira estratégica da região, fortalecendo a ZOPACAS. Além dos exercícios militares, há acções cívico-sociais e apresentações de produtos da indústria de defesa brasileira, visando fomentar relações comerciais com o Brasil¹⁴. A Operação, a *Guinex-I*, ocorreu, entre Agosto e Outubro de 2021, na área marítima de STP e Guiné-Equatorial, coordenada pelo Ministério de Defesa e Ordem Interna de STP, e com a participação de representantes da Guarda Costeira STP, Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil e da STP e dos Escritório das

Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e a participação da marinha brasileira, através da fragata brasileira “Independência”, um avião *Wild Lynx* e de Mergulhadores de Combate, e de fuzileiros da Guarda Costeira de STP, bem como das marinhas e Guardas Costeiras de Cabo Verde, Camarões, Guiné-Equatorial e Nigéria. O principal objectivo destes exercícios, visando sempre o fortalecimento das relações no âmbito da ZOPACAS, passa pelos treinos e exercícios combinados no mar e em portos dos países africanos. O mais recente, o Guinex-III, ocorreu entre finais de Agosto e meados de Setembro de 2023, com a fragata brasileira “Liberal” e do avião UH-“Esquilo”, e percorreu a maioria dos portos do Golfo da Guiné, com treinamentos operacionais marítimos com forças navais, a maioria fuzileiros e guarda costeiras, do Togo, Côte d’Ivoire, Nigéria e Senegal e nos portos de Cabo Verde (porto de Mindelo), Camarões (porto de Kribi), tendo ainda havido a participação das Marinhas da Espanha, dos EUA, de Portugal e do Reino Unido¹⁶;

- Além destes habituais exercícios multinacionais, de notar que, pela primeira vez, o exército brasileiro participou nos exercícios da *US Special Operations Command Africa* (SOCAF), *Flintlock 23*, como observador, destinados ao treino de países africanos do Sahel na luta contra o terrorismo¹⁷.

No âmbito da CPLP:

- Exercícios *Felino*, organizados sob a égide da CPLP, de periodicidade anual, mas planificados pelos países

organizadores de cada exercício. O mais recente ocorreu na Guiné-Bissau, em 2023 (exercício de planejamento) e o próximo, previsto para 2024, de operacionalidade, será em Portugal¹⁸.

Já a nível bilateral, de salientar:

Brasil-Angola: “*Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa*”, de 23 de Junho de 2010, que prevê, por exemplo, a formação de quadros e pessoal técnico-militar; promoção de ações conjuntas de treino e instrução militar e exercícios militares conjuntos, consultorias no domínio de armamentos e técnica militar; implementação e desenvolvimento de programas e projetos de aplicação de tecnologia de Defesa e o fornecimento, reparação e modernização de armamentos e técnica militar, além de visitas a navios de guerra e aeronaves militares” (PDL 86/2020 e PDC 1156/2018 e Decreto Legislativo 15/2022).

Brasil-África do Sul: acordos bilaterais a nível da Defesa, o *Maritime Area of South Atlantic*, de 1996 integrado no *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance*¹⁹, onde sobressai a construção do míssil ar-ar V-3E ou A-Darter (Agile Darter) para aviões da Marinha brasileira e da *South African Air Force*²⁰; sob este acordo a África do Sul, participou, em 2004, como observador, nos exercícios aéreos *Cruzeiro do Sul Exercise* (CRUZEX II), organizados pelo Brasil, desde 2002²¹.

Relativamente à cooperação com a Namíbia, os acordos de Defesa incidem, em particular, para a formação da Marinha namibiana²², e remonta a 1994 com a assinatura do já referido

do *Acordo de Cooperação Naval* – e reafirmado em 2001, e pelo Decreto nº 4.778, de 11 de Julho de 2003, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 153, de 30 de abril de 2003²³ e em 2009 o acordo sobre *Cooperação no Domínio da Defesa*²⁴.

Considerações finais

De uma maneira geral, podemos atestar que o Brasil, bem como a Argentina e o Uruguai aliados aos países da Bacia Africana do Atlântico Sul, principalmente no âmbito da ZOPACAS, têm construído uma alicerçada cooperação na área securitária.

Apesar da área securitária ter sido a mais desenvolvida neste texto, não podemos esquecer os diferentes acordos e tratados que ocorrem entre os países da Mercosul e África, em geral, com maior relevância para os celebrados entre os Brasil e diferentes Estados africanos.

Em qualquer dos casos, é pertinente afirmar que é possível e desejável que mais acordos, e em muitas outras áreas para além das que aqui foram referidas, venham a ser celebrados. No que tange ao Brasil, essa parece ser a vontade inequívoca do presidente Lula da Silva²⁵ (Planalto, 2023).

Referências

- ¹ A nível multilateral, há de realçar a cooperação que existe entre o Mercosul e a União Aduaneira da África Austral (Sacu –Southern Africa Customs Union), de Abril.2016, sobre comércio preferencial entre estes dois blocos económicos, cujo Tratado permite descontos tarifários aos países dos dois blocos na importação de produtos como costela suína, miúdos bovinos e pescados; envolve Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, África do Sul, Botswana, Lesoto e Namíbia.
- ² Agência Lusa (2023). Presidente da república brasileiro promete reforçar apoios em diversas áreas aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e África; in: Observador, 03 ago. 2023; disponível em: <https://observador.pt/2023/08/03/presidente-da-republica-brasileiro-promete-reforcar-apoios-em-diversas-areas-aos-paises-africanos-de-lingua-oficial-portuguesa-e-africa/> (consultado em 05.09.2023)
- ³ Planalto (2023). Lula: Brasil vai recuperar relações com o continente africano; in: Gov.br, Publicado em 19/07/2023; disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/07/lula-brasil-vai-recuperar-relacoes-com-o-continente-africano> (consultado em 07.09.2023); Mazui, Guilherme (2023). Em Angola, Lula diz que Brasil vai voltar a investir na África; in: G1.Globo, 25/08/2023 15h44; disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/25/em-angola-lula-diz-que-brasil-vai-voltar-a-financiar-empresendimentos-na-africa.ghtml> (consultado em 05.09.2023)
- ⁴ Vasconcelos, Carlos (2023). Brasil: Lula em África para cimeira do BRICS e reforço de cooperação económica; in: e-Global, Agosto 21, 2003; disponível em: <https://e-global.pt/noticias/lusofonia/brasil/brasil-lula-em-africa-para-cimeira-dos-brics-e-reforco-da-cooperacao-economica/> (consultado em 07.09.2023)
- ⁵ Na realidade já se deveria ter alterado para Comunidade de Países de Expressão (oficial) Portuguesa (CPEA), em grande parte, devido aos países, principalmente africanos, bem como para Timor-Leste, que não apreciam a expressão “Língua” dado conflitar com as denominadas Línguas Nacionais. Basta recordar como se denominam os países africanos lusófonos: PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, mas já há quem pondere alterar para PAEOP.
- ⁶ Hage, José Alexandre Alahyde et all (2020). Projeção de Poder do Brasil no Atlântico Sul: As Contribuições da Cooperação Brasil Namíbia no Campo da Defesa; in: Gov.br, XV_Cadn, 27/05/2020; disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/ensino_e_pesquisa/defesa_academia/cadn/xv_cadn/projecao_dea_podera_doa_brasilia_noa_atlanticoa_sul.pdf (consultado em 05.09.2023)
- ⁷ Lemos, Gustavo Caramori de (2019). Cooperação Brasileira com Angola, com a Namíbia e com a África do Sul em Matéria de Defesa: os Benefícios para o Brasil. Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais; disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/24916/1/2019_GustavoCaramoriDeLemos_tcc.pdf (consultado em 05.09.2023)
- ⁸ Mendes, Diego (2023). Vamos voltar a fazer financiamento para países africanos, disse Lula em fórum; in: CNN Brasil, 25/08/2023 às 16:09 | Atualizado 25/08/2023 às 17:06; disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/vamos-voltar-a-fazer-financiamento-para-paises-africanos-disse-lula-em-forum-economico/> (consultado em 07.09.2023)
- ⁹ Esta Universidade foi criada para desenvolvimento da língua portuguesa em África, em particular, nos PALOP, mas também em Timor-Leste e Macau. E a sua sede em Redenção, deve-se ao facto de, segundo alguns historiadores, ter sido nesta cidade a primeira a abolir a escravatura, no Brasil.
- ¹⁰ Brum, Alex Guedes (2018). A cooperação Brasil-África em defesa durante o Governo Lula; in: Hoplos, vol. 2nº2/2018, p. 25; disponível em: <https://periodicos.uff.br/hoplos/article/download/28782/16711/167273> (consultado em 20.09.2023)
- ¹¹ Agência Lusa (2023).
- ¹² Cf. https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/livro_branco_congresso_nacional.pdf
- ¹³ CIC (s/d). Yaounde Architecture: Regional Strategy for Maritime Safety and Security in Central and West Africa; in: Centre Interregional de Coordination (CIC); disponível em: https://icc-gog.org/?page_id=1575 (consultado em 20.09.2023)
- ¹⁴ Barros, Marcelo (2023). Operação Guinex: Marinha Fortalece Laços na África; in: Defesa em Foco, 7 de agosto de 2023; disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/operacao-guinex-marinha-fortalece-lacos-na-africa/> (consultado em 20.09.2023)
- ¹⁵ Veiga, Abel (2021). Militares de STP e do Brasil realizaram operações combinadas; in: Téla Nóm, 21 de Agosto de 2021; disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2021/08/21/35012/militares-de-stp-e-do-brasil-realizaram-operacoes-combinadas/> (consultado em 20.09.2023); Fan, Ricardo (2021). Fragata Independência realiza Operação Guinex-I; in: Defesenet, 24 de agosto de 2021; disponível em: <https://www.defesenet.com.br/africa/noticia/41835/fragata-%C2%93independencia%C2%94-realiza-operacao-%C2%93guinex-i%C2%94/> (consultado em 20.09.2023)
- ¹⁶ GuinexIII (2023). Guinex III: Operação da Marinha do Brasil em São Tomé e Príncipe; in: Téla Nóm, 25 de Agosto de 2023; disponível em: <https://www.telanon.info/politica/2023/08/25/41458/guinex-iii-operacao-da-marinha-do-brasil-em-sao-tome-e-principe/> (consultado em 20.09.2023)
- ¹⁷ Wiltgen, Guilherme (2023). Exército Brasileiro participa do Exercício Flintlock 2023 na África; in: Defesa Aérea & Naval, 24/03/2023 - 06:12; disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/exercito/exercito-brasileiro-participa-do-exercicio-flintlock-2023-na-africa> (consultado em 20.09.2023).
- ¹⁸ SGMDN (2023). Exercícios Felino; in: República Portuguesa–Defesa Nacional / SGMDN; disponível em: <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/cplp/atuacao/formacao/Paginas/exercicios-felino.aspx> (consultado em 07.09.2023); Bernardino, Luís M. Brás & Azevedo, Francisco Duarte (2015). A nova identidade da CPLP no domínio da defesa: impactos para a centralidade geoestratégica de Portugal; in: Lusíada. Política Internacional e Segurança, n.º 12 (2015), pp: 101-125; disponível em: <https://doi.org/10.34628/k40y-3s58> (consultado em 07.09.2023)
- ¹⁹ Mattheis, Frank & Siman, Tain. (2023). Maritime Regional Security Governance in the Atlantic: Antagonisms, Overlaps and Cooperation; in: Nação e Defesa, n.º 164, Abril/2023, pp: 9-22; disponível em: https://www.idn.gov.pt/pt/publicacoes/nacao/Documents/NeD164/NeDef164_Frank%20Mattheis_Taina%20Siman.pdf (consultado em 20.09.2023)
- ²⁰ Brum, Alex Guedes (2018), p. 26.
- ²¹ FAB (2018). Cruzeiro do Sul Exercise (CRUZEX); in: Força Aérea Brasileira; disponível em: <https://www2.fab.mil.br/cruzex2018/index.php/pt/cruzex> (consultado em 20.09.2023)
- ²² Brum, Alex Guedes (2018), p. 26.
- ²³ Decreto 4778. Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo a República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001; in: Casa Civil da Presidência da República; disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4778.htm (consultado em 20.09.2023)
- ²⁴ Lemos, Gustavo Caramori de (2019).
- ²⁵ Planalto (2023).

Outras Referências e Notas

Almeida, Eugénio Costa & Bernardino, Cor. Luís M. Brás (2013). A Comissão do Golfo da Guiné e a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: Organizações interzonais para a perseguição da segurança marítima na Bacia Meridional Atlântica; in: Revista Militar, vol.1, n.º 2532, Janeiro 2013, pp: 43-61; ou disponível em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/797> (consultado em 05.09.2023)

Declaração de Yaoundé, (sobre Segurança Marítima na África Central e Ocidental); disponível em: https://icc-gog.org/?page_id=1704&lang=pt e em: <https://africacenter.org/wp-content/uploads/2020/06/2019-05-MSS-Namibia-3-Konan-PT.pdf> (consultado em 20.09.2023)